



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS LÍNGUA PORTUGUESA

ALINE ALVES DE ANDRADE

**O USO DO LETRAMENTO E DOS GÊNEROS TEXTUAIS NA FORMAÇÃO DO
PROFESSOR DE LÍNGUA MATERNA**

CAJAZEIRAS-PB

2016

ALINE ALVES DE ANDRADE

**O USO DO LETRAMENTO E DOS GÊNEROS TEXTUAIS NA FORMAÇÃO DO
PROFESSOR DE LÍNGUA MATERNA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Letras / Língua Portuguesa, do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande – *Campus de Cajazeiras*, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Letras – Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Jorgevaldo de Souza Silva.

CAJAZEIRAS – PB

2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Denize Santos Saraiva - Bibliotecária CRB/15-1096
Cajazeiras - Paraíba

A553uAndrade, Aline Alves de

O uso do letramento e dos gêneros textuais na formação do professor de língua materna/ Aline Alves de Andrade. - Cajazeiras, 2016.

39f.

Bibliografia.

Orientador: Prof. Dr. Jorgevaldo de Souza Silva.

Monografia (Licenciatura em Língua Portuguesa) UFCG/CFP, 2016.

1. Formação docente - língua portuguesa. 2. Linguística. 3. Letramento.
4. Gêneros textuais. I. Silva, Jorgevaldo de Souza. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

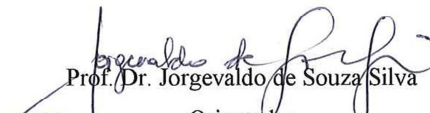
UFCG/CFP/BS

CDU-377.8

Título do Trabalho: **O uso do letramento e dos gêneros textuais na formação do professor de Língua Materna.**

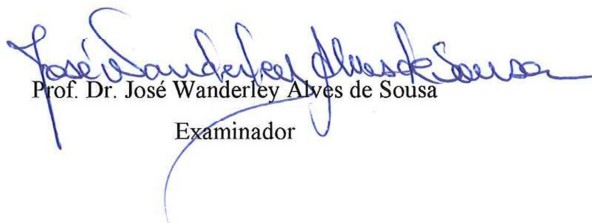
Aluna: **Aline Alves de Andrade**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em 23 / 05 / 2016 como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Letras – Língua Portuguesa, da UFCG – Centro de Formação de Professores – Unidade Acadêmica de Letras, com a Média Final 8,8 pela seguinte Banca:


Prof. Dr. Jorgevaldo de Souza Silva
Orientador


Prof. Dra. Hérica Paiva Pereira

Examinadora


Prof. Dr. José Wanderley Alves de Sousa
Examinador

Cajazeiras – PB

2016

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

A Universidade Federal de Campina Grande, UFCG- Campus Cajazeiras, corpo docente, direção e administração que colaboraram com o meu crescimento acadêmico e profissional;

Ao meu orientador, Prof. Dr. Jorgevaldo de Souza Silva, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas orientações, correções e incentivos.

Aos meus pais, Francinete Alves de Andrade e José Casusa de Andrade, e ao meu irmão Joelcio Alves de Andrade pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

Aos meus amigos, que sempre estiveram presentes em toda caminhada;

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, obrigada.

*“A educação é a arma mais poderosa que
você pode usar para mudar o mundo”.*

Nelson Mandela.

RESUMO

Com o avanço dos estudos da linguística e conseqüentemente as mudanças no contexto educacional, surgiram novas concepções sobre a língua materna e o modo de ensiná-la, frente a metodologias e práticas no que tange a tal questão, o que tem levado linguistas e gramáticos a se questionarem sobre esse novo quadro, como também repensarem teorias que abordam conceitos “antigos” sobre o ensino de língua portuguesa. Neste trabalho monográfico refletimos a percepção de língua e de seu ensino em uma visão sociointeracionista; primeiramente abordaremos o que os PCN (1998) trazem sobre formação do professor de língua portuguesa; posteriormente discorreremos sobre a concepção de letramento como práticas sociais da língua na visão de Kleiman(2005), como também Rojo (2010) e o Pró-letramento do MEC (2007), por último veremos algumas novas teorias sobre o ensino de língua materna, tendo como enfoque os gêneros textuais como forma de ação social, abordado por Marcuschi (2005) e (2008), e práticas de letramento no ensino, refletindo com teóricos como Soares (2005), Kleiman (2005) e Antunes (2009), e outros autores que darão suporte teórico no decorrer de toda a pesquisa.

Palavras-chave: Formação. Ensino de Língua Portuguesa. Letramento. Gêneros Textuais.

ABSTRACT

With the advancement of linguistic studies and, consequently, the changes in the educational context, new conceptions on the mother tongue and its teaching process has led linguistics and grammarians to reflect on this new framework, as well as to rethink theories which approach "old" concepts about Portuguese language teaching. This work, therefore, considering the sociointeractionist theory as the base for our reflections, discusses what is in the CPN (1998) about the Portuguese teacher's formation, as well according on Kleimam (2005), Rojo (2010) and the pro-literacy proposed by MEC (2007), it approaches literacy as social practices of the language. Finally, based on Marcuschi (2005) and (2008), focusing on textual genres as a form of social action, the work presents some new theories about mother tongue teaching. Furthermore, it shows some reflections on literacy practices in teaching, based on Soares (2005), Kleiman (2005), Ali (2009) and other authors who gave some theoretical support throughout the research.

Key Words: Formation. Learning Portuguese Language. Literacy. Textual Genres.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	8
2. A formação do professor de língua materna.....	11
3. Ensino e Letramento	18
4. Ensino de Língua Materna e as novas teorias: o letramento através dos gêneros textuais	26
4.1 Gêneros textuais: linguagem como forma de ação social.....	28
4.2 Práticas de letramento no ensino: uso do texto.....	31
5. Considerações finais.	36
Referências.....	38

1. INTRODUÇÃO

É por meio da língua e dos sistemas linguísticos que é proporcionado ao homem sua inserção na sociedade, cada vez mais complexa e letrada, nessa perspectiva a instituição escolar é entendida como espaço por excelência de construção desse processo, onde o indivíduo encontra condições de desenvolver suas capacidades e descobrir-se como agente transformador de sua realidade.

Com as mudanças de concepções, ao longo da história, e as simultâneas transformações no cenário social, surgem, também, maiores e mais variadas práticas de uso da língua e linguagem, e para atender a essa nova demanda de usos da língua, vem à tona os debates sobre como e o que ensinar nas aulas de língua materna, e como a formação profissional do docente deve ser coerente com esse quadro de mudanças e de concepções históricas. O que sugere que as práticas adotadas na escola devem ser ampliadas e ganhar novos moldes, de acordo com os avanços e desenvolvimentos das relações sociais, econômicas, políticas e culturais da humanidade.

Então, nessa perspectiva, por que discutir propostas e práticas pedagógicas no que tange o ensino de língua portuguesa em nossas escolas?

A importância da reflexão quando se pensa em metodologias e nas práticas frente ao ensino de língua portuguesa já ultrapassou os muros das universidades e vem tornando-se uma preocupação geral. Segundo Antunes (2003) Pensar que a participação efetiva da pessoa na sociedade acontece muito especialmente pela voz, pela comunicação, pela atuação e interação verbal, ou seja, pela linguagem.

O estudo da língua deve estar a serviço da comunicação na busca da construção de significados em que os sujeitos interagem social e culturalmente, pensando assim, o processo de ensino/aprendizagem deve evidenciar a linguagem, pois em sua concepção está o homem e os seus sistemas simbólicos e comunicativos.

Por meio dos avanços dos estudos na área da Linguística, as novas propostas de ensino, a partir da década de 80, favoreceram o ensino da língua, as indicações dos PCN para o trabalho com a Língua Portuguesa são de estudar a língua materna e refletir sobre seus usos na vida e na

sociedade, ou seja, um idioma que está situado no emaranhado de relações humanas em que o discente está inserido. De acordo com os PCN (1998), cabe à escola ensinar o aluno a utilizar a linguagem nas diversas situações comunicativas, especialmente nas mais formais. Nas propostas apresentadas pelo documento oficial citado, a função da escola não é eliminar uma bagagem cultural, social e na maioria das vezes econômica, do aluno, mas sim aprimorar essa bagagem comunicativa, nas mais diversas situações que o indivíduo esteja inserido.

É de suma importância ressaltar que o aluno, muito antes de entrar na escola, tem sua bagagem linguística, que já está de certa forma, impregnada por características estruturais sociais; cabendo ao professor a interferência em ajustar os modos de interação da língua e linguagem em suas diversas abordagens de funcionalidade e uso.

Em uma sociedade grafocêntrica um debate de como o ensino de língua portuguesa sucede desde o ensino fundamental é de grande relevância, pois pode revelar a necessidade de repensar práticas pedagógicas que corriqueiramente, conservam-se ainda em uma perspectiva reducionista do estudo da palavra e de frases descontextualizadas da sua real funcionalidade dentro do quadro social em que estamos inseridos. Dessa forma ficam diminuídos os fins que uma compreensão mais ressaltante da linguagem poderia promover, linguagem que só funciona para que os indivíduos possam interagir socialmente.

O trabalho com a língua portuguesa, portanto, deve pretender a ampliação das inúmeras possibilidades do uso da linguagem, em qualquer forma de realização, e no campo da escrita perceber que as diversas abordagens feitas não só funcionam dentro da sala de aula, mas devem desenvolver a competência comunicativa dos alunos fora dos muros escolares. No que diz respeito às dificuldades do ensino da escrita, mais precisamente em “qual gramática ensinar” vemos algumas divergências, não atribuindo-lhe o verdadeiro sentido. Por isso é de extrema importância desfazer algumas confusas concepções que surgem em torno do ensino da língua portuguesa, com o intuito de que possamos enxergar a língua com uma visão ampla e livre de suposições sem fundamentos adequados, redutores e inconsistentes.

Por isso a importância do debate e reflexão sobre o ensino de língua portuguesa em nossas escolas aparece cada vez mais em evidência, principalmente quando se tem a ideia de que a escola é parte integrante no desenvolvimento do indivíduo crítico e atuante na sociedade; é por meio disso que documentos e teorias aprofundam cada vez mais a questão da prática pedagógica e teorias que proporcionam a construção de conhecimentos que vão ampliar as perspectivas que

desenvolvam competências e habilidades dos professores atuantes e em formação e conseqüentemente a melhoria de qualidade do ensino aprendizagem dos alunos.

Objetiva-se nesse estudo, portanto, debater a formação e prática do professor de língua portuguesa a luz de estudos teóricos e bases legais vigentes. Como objetivos específicos nessa pesquisa vamos discutir o que os documentos curriculares e teóricos da área linguística abordam sobre o ensino de língua materna em nossas escolas brasileiras; refletir criticamente sobre a relação teoria/prática nas aulas de língua portuguesa, de acordo com teóricos que discutem o referido tema e contribuir para o processo de ensino/aprendizagem dos educandos nas aulas de língua portuguesa, com a abordagem de propostas para a prática de ensino.

O presente trabalho de pesquisa caracteriza-se como sendo estudo bibliográfico, fazendo um levantamento de teorias já existentes sobre ensino de língua portuguesa, enfocando metodologias e práticas pedagógicas, trazendo o que os documentos oficiais abordam sobre formação do professor, ensino e metodologia em sala de aula, como também as propostas para o trabalho com a língua materna no que abrange o ensino e a urgência de explorá-la sem “desacertos”. A vigente pesquisa foi realizada através de textos, livros e artigos da área da linguística que abordam as temáticas já referidas sobre o ensino de língua materna em nosso país, sendo importante destacar os debates que serão propostos nesse estudo.

Desta forma entendemos que a proposta de discussão aqui apresentada possa contribuir para ampliarmos os debates sobre o ensino de língua materna, ao mesmo tempo em que nos permita refletir os métodos propostos que nos auxiliam na prática pedagógica eficiente, de qualidade e significativa para os professores e conseqüentemente para os alunos.

No primeiro capítulo discutiremos a formação do professor de língua materna, a partir dos documentos oficiais e de autores que tratam do referido tema numa visão sociointeracionista da língua; no segundo capítulo conversaremos sobre a concepção de letramento e o ampliamto das teorias sobre o ensino de língua portuguesa; e no terceiro e último capítulo conversaremos sobre ensino de língua materna e as novas teorias: o letramento através dos gêneros textuais, tendo como subitens abordagens dos gêneros textuais e a linguagem como forma de ação social, e como proposta de ensino práticas de letramento e uso do texto.

2. A formação do professor de língua materna.

Desde os anos 1980 o ensino nas escolas tem enfrentado uma avalanche de transformações, isso se deve primeiramente ao grande advento da modernização que envolve a sociedade e conseqüentemente os indivíduos que nela estão inseridos; despertando novos olhares e perspectivas no que se refere à educação, passando do enfoque principal que era o ensino e ressaltando a aprendizagem do aluno. Pois a educação não pode ser considerada um simples veículo transmissor, mas também um instrumento de formação de criticidade, frente aos valores herdados e dos novos valores que estão sendo propostos.

As diversas mudanças ocorridas na educação do Brasil trouxeram enormes desafios para os professores em todas as áreas de ensino. O mundo contemporâneo exige um novo perfil para o docente, questionando, sobretudo, teorias e práticas pedagógicas que estão corriqueiramente ganhando novos moldes e revisões, em consequência até do surgimento de novas tecnologias da informação que demandam atualizações nos processos de ensino aprendizagem, metodologia e estratégias.

São constantes as mudanças e inovações que buscam o aprimoramento e eficácia do sistema educacional, e sendo novas causam impactos, pois “batem de frente” com os velhos pilares que alicerçam as estruturas educacionais. Segundo Aranha (1996) a escola contemporânea deve instrumentalizar o homem como um ser capaz de agir sobre o mundo e, ao mesmo tempo, compreender a ação exercida, ela não é transmissora de um saber acabado e definitivo, não devendo separar teoria e prática, educação e vida.

Para acompanhar o novo cenário educacional, é necessário repensar a formação do professor, que em muitos casos não foram e nem estão sendo devidamente preparados para essas mudanças. Diante disso, no Brasil, surgiram documentos para organização pedagógica nas distintas áreas e etapas de escolarização, como os Parâmetros Curriculares Nacionais, instrumento destinado ao apoio de metodologias e práticas pedagógicas; bem como a discussão de elaboração de projetos educacionais, planejamento de aulas, reflexão sobre as ações educativas e análises de instrumentos adotados, sendo assim podemos perceber que a perspectiva de mudança do cenário educacional, no que diz respeito ao ensino de língua portuguesa no Brasil, vem tornando-se um querer já legitimado.

Referente ao ensino de língua portuguesa, os PCN abordam vários objetivos, que, em geral, propõem a transformação do contexto educacional para um modo mais interacional e inovador, com propostas que devem oferecer ao aluno várias possibilidades, para promovê-lo como um indivíduo crítico e atuante diante da sociedade; dentre as quais são destacadas: compreender seu real papel na sociedade como cidadão atuante; saber se posicionar frente às diferentes situações; conhecer e valorizar a pluralidade brasileira, bem como culturas e ideologias; atribuir-lhe o papel de agente transformador e integrante do ambiente; desenvolver capacidades físicas e psicológicas, no que diz respeito a relações pessoais e sociais; conscientizar-se de como cuidar de si mesmo; saber utilizar dos inúmeros recursos de informação, comunicação, interação verbal e não verbal; entre outros.

Defendendo que “o domínio da língua favorece a participação social efetiva, garantindo o acesso ao exercício da cidadania” (PCN, 1998, pg.15); podemos perceber o quanto são ousadas as propostas dos parâmetros curriculares nacionais, e de como demanda para o professor uma formação diferente das estruturas de organização que sempre estiveram impregnadas em nossos ambientes escolares. É mediante essa vinculação apresentada pelos documentos, que o ensino assume toda a sua significação, que o modelo conceitual da profissão de docente se constrói. Percebemos que os PCN presumem um trabalho com a língua portuguesa com a ampliação das diversas possibilidades de uso da linguagem em toda e qualquer forma de efetivação.

Atribui-se a escola proporcionar ao aluno a sua efetiva participação nas diversas situações de comunicação, sendo na fala ou na escrita, para que tenha a reflexão crítica de avaliar e utilizar adequadamente as variedades linguísticas de acordo com cada cenário de interlocução. As propostas dos PCN para o trabalho com a língua materna são de estudá-la e refletir sobre seus usos na vida e na sociedade, ou seja, uma língua que está situada no emaranhado de relações humanas e que o discente está inserido. O estudo da linguagem deve estar a serviço da comunicação na busca da construção de significados em que os sujeitos interagem socialmente e culturalmente, pensando assim, o processo de ensino/aprendizagem deve evidenciá-la, pois em sua concepção está o homem e os seus sistemas simbólicos e comunicativos.

Diante das novas demandas no quadro educacional, os documentos oficiais chamam a atenção para rever os modelos de formação profissional da educação, e nisso consiste primeiramente uma mudança no interior das instituições superiores, proporcionando a ampliação da capacidade acadêmica dos docentes formadores; aperfeiçoando currículos no que tange às

novas exigências e articulando as mudanças de acordo com a realidade escolar, preparando-os para serem agentes transformadores da educação, desde a básica até a formação superior. Fica indicado que a formação profissional dos educadores deve futuramente propiciar uma atuação verdadeiramente construtora, buscar o fazer e proporcionar a reflexão crítica nos ambientes escolares, uma atividade interativa que possibilite processos mentais superiores; superando o pensamento arcaico de que ensinar consiste tão somente em transmitir conhecimentos.

As propostas para formar profissionais competentes e que respondam às demandas de uma sociedade cada vez mais complexa alicerçam-se nas iniciativas inovadoras de formação das instituições, que devem refletir nos sistemas de ensino e escolas no Brasil. É depositada no profissional da educação a responsabilidade de ser formador de indivíduos atuantes e críticos perante a sociedade. A partir do que é apresentada nos parâmetros curriculares, a formação profissional deve estar sempre associada ao contexto de uma sociedade, que está constantemente evoluindo e passando por mudanças profundas, que demandam dos sistemas educacionais brasileiros avanços significativos; principalmente quando se trata do advento dos novos sistemas de informação e de comunicação, que causam impacto em todas as esferas sociais, de convivência, de organização do trabalho e do exercício da cidadania. Ensinar vem se tornando estabelecer relações com pessoas, relações que envolvam o outro numa trajetória de construção do próprio saber num campo determinado, um tipo de relação bastante peculiar, uma relação que faz aprender.

Num olhar mais cuidadoso do ensino de língua portuguesa em nossas escolas, percebemos que em diversos casos, ainda persistem o ensino reducionista do uso da linguagem, que mantém cânones da “norma culta”, estabelecendo uma aprendizagem mecânica de classes e regras gramaticais, causando nos alunos a sensação de que não sabem “português”, pois o que se é estudado nas escolas distancia do que é realidade funcional da linguagem na sociedade em que cada indivíduo está inserido, tanto no que diz respeito à língua oral quanto à escrita. Ao encontro disso, Irlandé Antunes observa que:

[...] o aluno se vê frustrado no seu esforço de estudar outras disciplinas e, quase sempre, “deixa” a escola com a quase inabalável certeza de que é incapaz, de que é linguisticamente deficiente, inferior, não podendo portanto, tomar a palavra ou ter voz para fazer valer seus direitos, para participar ativa e criticamente daquilo que acontece a sua volta. (2003, p.20).

De acordo com Antunes (2003), mesmo diante do empenho por transformações do cenário educacional, no que diz respeito ao ensino de língua portuguesa (e com resultados

evidentes), é necessário observar algumas práticas adotadas, possíveis de serem mudadas, visando deixar a escola em condições de mais qualidade em seu ensino, frente aos campos do letramento literário, da oralidade, da escrita, da leitura e o da gramática. Ressaltando que as atividades omissas, equivocadas, sem abordar a realização expressiva e funcional da linguagem, acabam por um ensino de decodificação destituída de qualquer valor interacional.

Podemos observar que a reorientação do quadro exige antes de tudo, determinação, vontade e empenho de todos os envolvidos com o ensino de qualidade, que visa o crescimento, a capacidade de transformação e como consequência a criticidade diante da dinâmica de uma sociedade interativa, para que possamos cumprir de fato o papel social de capacitação e formação de cidadãos atuantes em sua sociedade.

A linguagem considerada em seus vários aspectos é parte integrante de nossas vidas, instrumento indispensável tanto para a aquisição de conhecimento em qualquer área do saber, como para nossa participação nos mais variados contextos sociais de interlocução. Por isso que é de suma importância dedicar tanto tempo ao estudo da língua portuguesa em todas as suas dimensões. De acordo com teóricos como Marcuschi, Antunes que abordam o estudo da língua na sua real funcionalidade o desafio do estudo dessa deixa de ser um mero cumprimento de uma obrigação escolar e passe a ser visto como tão significativo quanto a presença da linguagem em nossa sociedade.

Os contatos com as diferentes abordagens discursivas e o estudo das estruturas gramaticais promovem o desenvolvimento das habilidades de escrita e leitura; como resultados dessas experiências veremos que estabelecer hipóteses, confrontar ideias, analisar e comparar pontos de vista são procedimentos naturais para quem domina o uso da linguagem, cabendo a nós ampliar cada vez mais as visões sobre essa discussão. Segundo Antunes (2003) se o que acontece nas aulas de português é a predominância do estudo de nomenclaturas e classificações, frequentar a escola e estudar a língua materna não atribuem muita importância e muito menos atrairá os alunos para tal interesse, principalmente em um quadro onde os educandos precisam de imediato adquirir conhecimentos e ampliar competências em leitura e produção, e também adquirir fluência no exercício da oralidade.

Os alunos devem, sim, conhecer as várias formas de discurso existentes em nossa língua materna, e cabe ao professor destacar em qual situação pode-se usar um ou outro, é necessário

conhecer o que é considerado "formal ou informal"; uma vez que todo brasileiro sabe português, porém na escola ele amplia suas competências e habilidades linguísticas.

Toda forma de conceber a linguagem é válida, mas o que tem que ficar claro é em qual momento deve-se utilizar tais formas, de falar, de escrever etc. O que significa dizer que a escola deve priorizar nas aulas de língua portuguesa e proporcionar chegar aos usos sociais dessa, na forma que ela acontece no dia a dia das pessoas, é evidente que a norma padrão vai sempre ser o pilar de toda essa questão, porém a língua em função deve ser conhecida e inserida no currículo escolar. Travaglia (2009, p.41) teoriza que:

Ao realizar atividades de ensino / aprendizagem, não se deve insistir apenas em uma dessas variedades, a norma culta padrão, mas saber que discutir apenas o seu domínio e suas normas em detrimento das diversas outras formas de utilização da língua que podem ser mais adequadas em determinadas situações, estaremos reduzindo esse vasto conceito de linguagem.

De acordo com Travaglia (2009), uma questão que devemos levar em consideração quando se pensa o ensino de língua materna é a maneira de como o educador conceberá os conceitos de linguagem e língua, pois de acordo com o que pensamos ser a principal natureza dessas, interfere e muito no trabalho das práticas de ensino da língua em nossas escolas e instituições. As concepções que temos sobre a linguagem são tão peculiares quanto a postura que se tem relativamente à educação. E ter consciência de tais abordagens é o que dá suporte a sua prática, por isso a importância de quais conceitos deve-se adotar. Segundo Travaglia (2009, p. 236):

Evidentemente é desnecessário insistir na necessidade de gradação no ensino, como princípio fundamental para o sucesso de qualquer metodologia de ensino de língua, valendo-se sempre de vários critérios para a seleção e ordenação dos elementos da língua a serem trabalhados: os pré-requisitos de aprendizagem, questões da utilidade, necessidade e oportunidade dos elementos a serem trabalhados e, linguisticamente, a frequência, a complexidade, e a extensividade das formas e unidades, estruturas, princípios, etc.

Diante disso cabe ao educador conhecer teorias em que efetivamente suas práticas pedagógicas estejam fundadas de forma consciente, por isso o professor deve questionar que concepção de língua e que teoria de ensino-aprendizagem alicerçam a sua prática pedagógica e ainda mais, observar se as atividades programadas da disciplina estão fundamentadas de acordo com tais teorias, que na visão do docente conceba de forma efetiva o real sentido de ensinar língua portuguesa aos alunos. Sendo importante observar que a falta de consciência frente as teorias referentes à práticas pedagógicas pode tornar o educador preso aos livros didáticos, dando

enfoque apenas ao conteúdo, acabando por esquecer o verdadeiro sentido das atividades linguísticas, tornando o professor “escravo” dos livros utilizados por ele.

A partir das propostas de Oliveira (2010) o professor, em suas práticas pedagógicas, tem por objetivo proporcionar aos seus alunos a ampliação de sua competência linguística, para que, em diferentes situações comunicativas envolvendo a linguagem, eles possam se impor efetivamente, tornando-os conscientes de que a língua não é algo infundado, não moldável, estanque etc. O ensino de língua materna em nossas salas de aula deve conceber a língua desde definição de seus objetivos, seleção de objetos de estudo, a escolha dos procedimentos triviais e específicos.

Antunes (2003) discute o trabalho realizado nos últimos anos sobre o modo como é concebido o ensino da língua e da fala, mais especificamente o trabalho com a oralidade, o trabalho com a escrita, o trabalho com a leitura e o trabalho com a gramática. Primeiramente no que diz respeito ao discurso, é possível observarmos que todos os aspectos linguísticos adotados no ensino são, em grande parte, reducionistas e até mesmo omitem alguns pontos importantes. O trabalho com a escrita ignora a interferência do aprendiz ocasionando uma prática de ensino aprendizagem mecânica e “periférica” com artificialidade e sem muita expressão, deixando em segundo plano a interação, servindo apenas para exercitar a prática de uma escrita técnica.

Ainda segundo Antunes (2003), outro ponto a ser observado é o trabalho com a leitura, que é abordado em alguns casos como uma mera decodificação da escrita, sem uma real função causando um desinteresse por parte dos alunos; e no que diz respeito à gramática, podemos notar que em nossas escolas em muitas atividades encontramos uma gramática descontextualizada, fragmentada em pequenas frases, visando muitas vezes apenas o refinamento do uso da língua, baseada no estudo de classes, nomenclaturas, etc., tecendo certa inflexibilidade, que devia ter como base textos e discursos funcionais ante a sociedade.

Diante disso convém destacar a importância da intervenção do ensino de língua materna, tratando não apenas de conduzir informações aos alunos, mas antes de disso, preparar sequências de atividades que possibilitem nortear a aprendizagem de forma a ampliar novas capacidades de tratamento dos conhecimentos linguísticos; desempenhando no ensino uma metodologia educativa, que orienta o desenvolvimento, levando a adquirir novas competências intelectuais. Oliveira (2010, p. 30) afirma que “ensinar é o ato de facilitar o aprendizado dos estudantes, o que

significa que o professor precisa realizar ações concretas resultantes de um planejamento que pressupõe alguns princípios teóricos”.

As escolas têm enfrentado muitos desafios em relação aos modernos padrões educativos, as novas cobranças profissionais, a diversificação das formas de ensinar e aprender redimensiona e rege a organização curricular a partir da admissão dos novos modelos da sociedade atual, demonstrando um procedimento de modificação constante, transformando os espaços escolares.

Sabemos que é no meio escolar que se aprimora a importância do uso da língua como prática na qual a ação humana se desenvolve para as mais diversas finalidades da linguagem no âmbito das práticas sociais que envolvem a vida humana. Convém lembrar a importância da formação do educador, para que a superação das contradições, no que diz respeito ao ensino da língua, seja possível com maior grau de intencionalidade e compreensão dos fins da educação.

De acordo com os estudos de Oliveira (2010), quando se fala em formação de professores de língua portuguesa, deve-se ter a orientação na perspectiva semântico-pragmática, que leve os docentes a perceberem os valores que os elementos gramaticais possuem no uso concretizado da língua, como também os significados que esses produzem nos textos e discursos, a razão de ser do nosso idioma.

Percebemos que formar educadores com qualidade profissional com compromisso social e político, que visam a transformação, tem sido um grande desafio às instituições e pessoas que compreendem a educação como uma questão de favorecimento e bem da sociedade em geral, como espaço público, como direito de todo indivíduo, como também na construção da identidade e formação de cidadãos críticos e atuantes.

3. Ensino e Letramento.

Tradicionalmente em nossas escolas têm sido adotado em seu percurso de estudo e ensino de língua portuguesa somente o sentido da sua descrição e de sua estrutura como objeto principal; distanciando o aluno da sua própria língua, como se existissem dois tipos de português brasileiro, causando muitas frustrações e aumentando o pensamento de que não sabemos português.

No âmbito do ensino surgiram muitas discussões acerca de como é abordada a língua materna nas salas de aula e do que ensinar sobre ela, o quadro de insucesso escolar relacionado ao estudo da língua perturbou e ainda perturba linguistas e gramáticos, abrindo uma discussão crítica de certas práticas escolares tradicionais do ensino de português. Desde que se discute e estuda a linguística no Brasil, o pensamento de como fazer e o que fazer nas aulas de língua portuguesa vem sem dúvida mobilizando os educadores e estudiosos, apesar das mudanças ocorridas nos últimos anos, com a ampliação de projetos e documentos curriculares, as renovações se tornam pouco significativas em relação a isso, nas nossas escolas e no ensino de língua.

O ensino da escrita e conseqüentemente o ensino de gramática nas aulas de língua portuguesa como língua materna tem sido, sem dúvidas, um grande desafio para os professores em todas as escolas de ensino fundamental e médio no Brasil. Trabalhar a real funcionalidade da gramática é uma enorme dificuldade, principalmente quando se tem teorias e nomenclaturas que parecem reger a dita “língua correta”: a gramática tradicional e a gramática normativa; fazendo com que os educadores não saibam o que fazer em sala de aula, acabando por muitas vezes não fazer nada de significativo para os alunos, que deveriam entender a língua e suas “regras” no seu sentido de uso e funcionalidade.

Como abrange os PCN (1998), o professor em sua formação deve estar apto a formar indivíduos atuantes e críticos dentro da sociedade, e nisso cabe ao educador refletir sobre suas práticas pedagógicas e ampliar suas concepções, nessa discussão, referente ao ensino de língua portuguesa. Repensar o estudo da descrição linguística e trabalhar conscientemente a sua funcionalidade deve fazer parte dos projetos de ensino de língua materna; é imprescindível que o educador busque utilizar de diferentes modos e objetivos as propostas de estudos dadas pelos

linguistas tradicionais e modernos, tanto no que diz respeito a gramática normativa quanto na gramática descritiva.

Muitas vezes as inovações são equivocadamente abordadas apenas para mascarar teorias e práticas educativas arcaicas que estão enraizadas em nossos ambientes escolares, por isso é necessário um estudo profundo do objeto de ensino, no caso a língua materna, e uma renovação da metodologia e prática quando se pensa o trabalho com a gramática; Segundo Luiz Carlos Travaglia em seu livro “*Gramática e Interação*”:

A gramática é algo mais do que fazem supor atividades de ensino de gramática que, baseadas numa visão estreita e redutora do que ela seja, se eternizam em exercícios que só têm a ver com segmentação de elementos linguísticos (análise morfológica e sintática), levantamento de traços de algumas classes e categorias, classificações e nomenclatura. (Travaglia 2009, pg. 235).

Podemos observar que quando se pensa no objetivo do ensino da gramática, destaca-se a boa execução da escrita, ligando isso ao sucesso na vida profissional e ascensão social, e que em muitos casos fica em segundo plano a funcionalidade (dita de uma forma mais ampla) nos diversos contextos comunicativos da linguagem.

Abordar de modo significativo o ensino da língua, e nela a escrita, a gramática e todos os modos de comunicação da linguagem é de certa forma um desafio, pois sabemos que as velhas tradições ainda se sobressaem nos nossos ambientes educativos e na formação profissional do educador; segundo Antunes (2007) é necessário urgentemente desfazer os equívocos frente ao ensino de língua portuguesa e ensino da gramática, no que diz respeito à metodologia e práticas adotadas, e ter uma compreensão mais ampla do que realmente deve-se trabalhar referente ao que seja o uso da linguagem no cotidiano de cada indivíduo.

Visto que muito antes de entrar na escola, o indivíduo já convive diariamente com eventos comunicativos das mais variadas formas e situações de comunicação, é necessário reconhecer todo esse processo pelo qual o falante/usuário da língua está efetivamente inserido, repensando compreensões que temos sobre o ensino de língua portuguesa. Nos últimos anos vemos que os estudos têm avançado nessa questão, um conceito em especial podemos destacar em relação ao processo de aprendizagem da língua materna, a concepção chamada de letramento, pelo qual todos que fazem parte de uma sociedade falante, que direta ou indiretamente, participam dos fatos comunicativos que envolvem a escrita, como também a leitura.

De encontro a essa discussão, convém abordar aqui a teoria de Kleiman (2005), destacando a questão de letramento, que antes de tudo não se trata de uma prática e nem muito menos um método de ensino, mas sim tudo que envolve a comunicação através da linguagem escrita e da leitura, e pelo qual os indivíduos, alfabetizados ou não participam, por essa se tratar sempre de um processo de interação, com objetivos específicos a serem alcançados. Kleiman observa que:

Quando se ensina uma criança um jovem ou um adulto a ler e a escrever, esse aprendiz está conhecendo as práticas de letramento da sociedade; está em processo de letramento. “Letramento” é um conceito criado para referir-se aos usos da língua escrita não somente na escola, mas em todo lugar. Porque a escrita está por todos os lados, fazendo parte da paisagem cotidiana [...] (Kleiman, 2005 p. 05).

A partir do conceito de letramento, podemos entender por qual motivo devemos repensar o trabalho do professor de língua portuguesa, considerando a interação comunicativa da linguagem em nossa sociedade como algo que é parte integrante do nosso cotidiano como usuários de um idioma, e que se utiliza dela em diversos eventos de comunicação.

Por isso ensinar a ler e a escrever torna-se uma prática muito mais significativa quando mudamos a nossa percepção sobre a língua materna, levando em consideração que a escrita faz parte de quase toda situação de comunicação do nosso dia-a-dia, necessária na complexidade da nossa sociedade, onde se pensarmos bem seria quase impossível alcançar os objetivos dos eventos da linguagem apenas falando.

Segundo Kleiman (2005) o conceito de letramento veio para explicar tudo que envolve a escrita, dentro da complexidade que é a sociedade e os eventos de comunicação linguística que estão ao redor de tudo, sendo abrangente na descrição e no entendimento dos aspectos relevantes da escrita, não apenas sendo algo trabalhado dentro da escola como as práticas de ensinar e aprender a ler e a escrever.

Por isso as atividades escolares no que envolve o ensino de língua portuguesa, devem estar sempre ligadas ao contexto, como também ao conceito de sociointeração, considerando que tudo que envolve fatos comunicativos, acontecem a partir da interação entre indivíduos, usuários/falantes da língua.

Podemos observar que, a partir do conceito de letramento, todo indivíduo que está inserido em uma sociedade e que efetivamente se utiliza de instrumentos de comunicação e escrita, (e conseqüentemente leitura) pode ser considerado letrado, pois desde o momento em que reconhece para que sirva tais mecanismos linguísticos (para que convenha uma carta, um

anúncio, uma placa, etc.) mesmo que saiba ou não escrever ou ler, é participante dos eventos comunicativos que envolvem a linguagem escrita.

Segundo Rojo (2010) a partir das vivências do indivíduo são internalizadas as características de uso da linguagem (interferindo modo de falar, escrita, visões de leitura), ou seja, acontece a partir da sua socio-história de interações (sobre suportes de textos, por exemplo), sendo pois desde muito cedo inscrito em ordens discursivas, como a fala letrada do adulto ou a discursos escritos. Sujeitos que advém de sócio-história de constituição de letramento que utilizam outros mecanismos de utilização da língua (como alguns que raramente interagem através da escrita), sofrem determinantes transformações nas interações escolares, onde em diversos casos raramente proporcionam interações dialogais, deixando de lado o papel do aprendiz como participante, o que pode ocasionar levá-lo fora da linguagem, como também, e até mesmo fora da escola.

A partir disso a escola deve conceber o letramento como uma imersão que a criança ou o jovem tem no mundo da escrita, e diante dessa nova visão e concepção, o educador pode observar que são inúmeras as possibilidades de práticas pedagógicas para se trabalhar o ensino de língua portuguesa, no que diz respeito a escrita e a leitura. De acordo com isso Kleiman (2005) resume algumas atividades importantes que podem ajudar o docente e proporcionar ao seu alunado, como já mencionado, um verdadeiro “mergulho” no efetivo uso da escrita e no “mágico” mundo da leitura, propondo atividades de leituras de jornais, revistas e livros em sala de aula, fazer decorações no ambiente escolar com livros, alfabetos, calendários, que insira no aluno e desperte o prazer de ser leitor, e fazer um passeio pela escola e pelo bairro, observando as formas de comunicação que utiliza à escrita.

Além dos aspectos mencionados sobre letramento, vale destacar que a apreensão de sentidos referente a leitura e toda e qualquer situação de comunicação que envolva a escrita é também algo que está inserido na concepção de letramento, cabendo a escola proporcionar o desenvolvimento de competências e habilidades quando se pensa a aprendizagem das práticas de língua portuguesa, portanto sendo um conceito amplo dentro do quadro dos acontecimentos e usos dos textos e dos discursos. Nessa visão Kleiman aborda que :

É importante lembrar que, qualquer que seja o método de ensino da língua escrita, ele é eficiente na medida em que se constitui na ferramenta adequada que permite ao aprendiz adquirir o conhecimento necessário para agir em uma situação específica (Kleiman, 2005 p.10)

Percebemos que as atividades escolares de leitura e escrita na escola têm por objetivo desenvolver habilidades e competências para que os alunos possam, fora dos muros escolares, estarem aptos a executarem práticas que visam possibilidades de sucesso no âmbito social e profissional; e isso pode ou não ser relevante para o educando dependendo da situação de relação que ele tem com a língua, referente aos eventos de comunicação linguísticos do qual participa, resultando muitas vezes no déficit de aprendizagem. É necessário envolver nas aulas de língua portuguesa o conhecimento das práticas de uso da língua, levando em consideração a heterogeneidade do quadro de alunos que o professor encontra em sala de aula, vindos dos mais variados meios, e que as formas de circulação dos eventos comunicativos diferem e muito de um para outro.

De acordo com Rojo (2010) as intervenções escolares (e também no que se refere a formação de professores) podem e devem proporcionar uma maior continuidade dos processos de letramento, em sujeitos de diferentes histórias de letramento como também das diversas camadas sociais; podendo diante das práticas pedagógicas adequadas contribuir para amenizar as dificuldades encontradas em nossas instituições, o que leva a um menor desenvolvimento no processo de letramento nos níveis menos favorecidos, no que diz respeito aos fatores socioeconômicos da população.

Adaptar atividades de ensino da leitura e da escrita considerando o aprendiz é chamado pelos teóricos como um dos métodos de contextualização, Kleiman (2005) cita que é imprescindível o trabalho de adequação dos métodos de ensino de língua materna às características de situação, sendo necessário incluir características do aprendiz participante da situação, mesmo que sendo nas atividades de alfabetização, cuja metodologia deveria variar de acordo com cada sujeito.

O fato de muitas vezes a escola não dar destaque às práticas letradas que circulam na sociedade e considerar somente a forma analítica de aprendizagem de leitura e escrita não significa dizer que todas essas práticas são descontextualizadas, elas estão situadas no sentido de atividades escolares, que é o principal veículo de aprendizagem para alfabetização, e análise das noções linguísticas, e que sem dúvida servirá para diversas práticas de leitura e escrita; porém o que falta muitas vezes é a contextualização com as inúmeras e diferentes práticas sociais.

No entanto, com os avanços tecnológicos, torna-se necessário adotarmos os diversos meios de comunicação, visto que estão em uso em todas as esferas da sociedade, como é proposto por estudiosos da linguística, e que é capaz de proporcionar uma ampliação de conhecimentos ao falante/usuário de língua portuguesa.

Os documentos curriculares Pró-letramento abordam que as práticas fundamentadas nesse novo olhar sobre o ensino de língua materna, trazem peculiares questões da aprendizagem significativa e das interações, como também dos usos sociais da escrita e da leitura, articulados a uma concepção mais abrangente de letramento. Porém o que ocorre muitas vezes são compreensões errôneas sobre o conceito de letramento que podem acarretar distorções; no que diz respeito a propostas e atividades pedagógicas que valorizam parcialmente importantes conquistas do aluno, como a sua inserção no mundo da leitura e da escrita. Todavia em alguns casos não garantem o acesso ao sistema alfabético e conseqüentemente às convenções da escrita, dissociando o processo de alfabetização do processo de letramento, não podendo um substituir o outro, nem muito menos dispensá-los.

Considerando que a maioria dos indivíduos (alfabetizando, alfabetizados ou não alfabetizados) vivem em uma sociedade em que as atividades cotidianas são em grande parte utilizando a língua escrita, esses de certa forma a partir do contato com os diferentes textos que circulam, conhecem quais as utilidades, formulam hipóteses, etc. Excluir as diversas práticas de comunicação do contexto escolar acaba por deixar de lado e de explorar vivências extraclasse, um mundo de possibilidades que podem oportunizar a desenvolver as experiências socioculturais, indispensável para a integração e o efetivo exercício como cidadãos atuantes. A partir das mais variadas apropriações de uso da língua escrita na sociedade, são associados diferentes níveis de letramento dos sujeitos, considerando o que é mais compreensível até os mais complexos, que exigem do indivíduo uma maior criticidade frente aos textos que circulam.

Rojo (2010, p.93) observa que relações de interação socioculturais diferenciadas interferem no desenvolvimento social humano, por isso as inúmeras peculiaridades na ação de cada indivíduo, no que tange ao uso da língua nos diversos eventos de comunicação, vemos que:

Portanto, investigar o ponto de interseção entre o individual e o social é refletir sobre como as formas de ação e interação social humana (atividades de linguagem ou discursos) são capazes de multiplicar e reproduzir temas e formas discursivas que refratam e refletem formas possíveis em situações sócio-históricas dadas; em momentos sócio-político-ideológico determinados.

Vemos que as teorias que abordam o socioconstrutivismo no decorrer desses últimos anos têm acarretado importantes contribuições no que diz respeito a interação e aprendizagem significativa, como também os usos efetivos da linguagem, tanto oral como escrita em circulação na sociedade, situadas num conceito amplo que é o de letramento.

Vale lembrar que o desenvolvimento das capacidades de leitura, escrita e oralidade, em eventos linguísticos que divergem do que a maioria dos aprendizes está habituada (como os familiares), não acontece se não por meio do ensino de aquisição do sistema alfabético (na alfabetização), com mais destaque nos primeiros anos do ensino fundamental; no entanto é necessário que o educador tenha em mente e compreenda, antes de suas práticas pedagógicas, o processo pelo qual passa a aquisição do sistema escrito (alfabético); como também as competências do aluno para dominar os eventos linguísticos (leitura, escrita, oral), nas diferentes situações que cotidianamente acontecem no universo do aprendiz.

Estar inserido no mundo em que a cultura escrita é amplamente valorizada e utilizada, é ter a necessidade de desenvolver as capacidades linguísticas que abordam o uso dessa cultura, promover a interação frente ao ensino de língua materna torna-se uma prática inovadora e de "inclusão" nas diversas atividades sociais, por isso a compreensão dos fatores linguísticos promovem o progresso, no que diz respeito as atividades escolares.

A compreensão geral do mundo da escrita é tanto um fator que favorece o progresso da alfabetização dos alunos como uma consequência da aprendizagem da língua escrita na escola. Por isso é um dos eixos a serem trabalhados desde os primeiros momentos do percurso de alfabetização. Isso significa promover simultaneamente a alfabetização e letramento (PRÓ-LETRAMENTO, 2007 p.19).

No geral, é possível observar que, embora muitos profissionais da educação tenham a “boa vontade” e se disponham a mudança, é sabido que todo processo de reestruturação é algo lento, a longo prazo, e é corriqueiro voltarem a métodos tradicionais de ensino; adotar o texto como pretexto é um dos muitos casos de tentar “mascarar” velhas práticas de ensino, mudar o nome de redação para produção textual também é algo que pode ser visto nas aulas de língua portuguesa. Renovar as práticas pedagógicas no ensino de língua materna torna-se algo indispensável, adotar novos “rumos” ao abordar os estudos de língua portuguesa e suas nomenclaturas dando sentido ao seu verdadeiro uso, amplia uma gama de possibilidades para o “aprendiz” da língua materna, proporcionando autonomia e desenvolvimento da criticidade frente às inúmeras situações comunicativas linguísticas. Um método mecânico do ensino da língua, abordando apenas um tipo de exercício, acaba por deslocar objetivos específicos a serem

alcançados, sem a consciência das aptidões e capacidades linguísticas que diversas possibilidades de atividades poderiam desenvolver.

4. Ensino de Língua Materna e as novas teorias: o letramento através dos gêneros textuais

Sabemos que é grande o número de propostas e inovações frente ao ensino de língua portuguesa nos últimos anos em nossas escolas, e como já discutido, com a linguística e seu conceito sobre o uso efetivo da língua materna, e também com a criação de documentos curriculares; o que se pode ver é uma ideia de transformação no quadro curricular na educação, se pensarmos nas últimas décadas até os dias de hoje, e conseqüentemente uma revisão nas metodologias e práticas do ensino de língua portuguesa.

As diversas discussões têm nos mostrado o quão importante é considerarmos o aprendizado alicerçado na efetivação de uso quando falamos em língua materna, constituindo-se na interação entre indivíduos, como também os eventos linguísticos que circulam constantemente na sociedade. A apreensão do conceito de língua, baseado no que realmente ela nos implica, é relevante no nosso modo de pensar e compreender essa como um grande mecanismo de comunicação (se não o maior e mais importante) que só acontece a partir da interação e de objetivos que se pretendem alcançar com suas mais variadas formas de usos.

Os PCN subentendem que o trabalho com a língua portuguesa deve ter por finalidade a expansão das diversas perspectivas do uso da linguagem, em qualquer forma de realização. Diante disso, cumpre à escola proporcionar aos educandos a sua participação ativa nas diferentes situações de discurso, tanto na fala quanto na escrita, para que tenhamos a chance de avaliar as adequações das possibilidades e variedades linguísticas aos contextos comunicativos. Os educadores são responsáveis pela formação de indivíduos (leitores, escritores) conscientes de seu papel histórico e social, por isso deve-se ter a responsabilidade de estar sempre atento, fazendo com que através do incentivo e da motivação seus alunos possam efetivamente interagir, e através disso adquirir hábitos de leitura, produção e desenvolvimento da oralidade, no que diz respeito a língua portuguesa, e que gradativamente possam contribuir de forma significativa na aquisição de novos conhecimentos.

De acordo com Neves (2011) o que se é proposto como objeto de investigação no ensino de língua portuguesa na escola é sem dúvidas a língua em uso; visto que é a partir da interação que se utiliza a linguagem e se produz textos, sendo os principais pontos o sentido, o

cumprimento das funções, que se orientam e organizam pela função textual; sendo a escola o espaço por excelência para reflexão sobre a língua materna, relacionando os seus usos com as atividades de análise linguística.

Diante disso podemos observar que como seres sociais, os indivíduos encontram-se inseridos num campo sociodiscursivo, que como já abordado, quando utilizamos a linguagem estamos sempre em interação, sabendo que a língua é uma atividade sociointerativa, introdutora de formações diversas na sociedade.

A nossa língua portuguesa e seu ensino, podem ser analisadas e observadas sob os mais variados ângulos, Marcuschi (2008) aborda a língua na perspectiva sociointeracionista, podendo apresentá-la de diferentes perspectivas: como forma ou estrutura, posição assumida pela visão formalista que vê a língua autônoma do sistema diante das condições de produção; como instrumento, transmissora de comunicação; como atividade cognitiva, ato de criação e expressão do pensamento; como atividade sociointeracionista situada, relação entre os aspectos históricos e discursivos. Uma visão de língua como um meio de interação sociocultural, que obviamente está estreitamente ligada à concepção interacionista de aprendizagem.

As discussões apontam que, lidamos constantemente com práticas de letramentos e oralidade, e que devemos levar em consideração que a língua materna se funda em usos, trata-se de estudarmos a análise de usos e práticas sociais, e não de formas abstratas, como equivocadamente é abordada quando trabalhamos com ensino de língua portuguesa.

Percebemos que cada esfera da sociedade possui sua função socioideológica particular (educacional, religiosa, política, jurídica, entre outras) e suas condições concretas como organização socioeconômica, relações sociais entre os participantes; e nós como seres sociais, nos achamos envolvidos nessa “máquina” sociodiscursiva. Marcuschi (2008) destaca que um dos instrumentos mais poderosos dentro da sociedade, que está dinamicamente utilizando da linguagem, são os gêneros textuais, considerando que a vivência dos indivíduos está envolta na linguagem, e todos os nossos textos situam-se nessa vivência, que estão estabilizadas em gêneros. Por isso quando se fala em uso da língua e sua funcionalidade, a linguagem nas suas mais diversas situações de interação, não podemos deixar de destacar os gêneros textuais.

Hoje em dia as concepções de gêneros são ampliadas como sendo toda produção textual, então se faz necessária a reflexão sobre os gêneros textuais, pois a noção de gêneros é pertinente para as linguagens, já que esses são criados/recriados em função dos usos sociais com a

linguagem em determinado momento da história. Na realidade, o estudo dos gêneros textuais deve ser voltado para o funcionamento da língua, para as atividades culturais e sociais.

Diante disso é importante saber que é no ambiente escolar onde se amplia e aprimora a noção dos gêneros textuais como organização de práticas onde a ação humana desenvolve os mais diversos objetivos da oralidade e da escrita na escola, como também nas práticas sociais que envolvem a vida dos seres humanos, Marcuschi (2008) assinala que os gêneros são categorias culturais que envolvem esquemas cognitivos, formas de ação social, estruturas e formas de organização sociais e ações retóricas, constituindo assim, entidades empíricas usadas socialmente.

Nesse contexto vemos que a língua nas suas mais diversas atividades, apresenta caráter cognitivo, ordenada e instauradora de práticas diversas na sociedade; sendo que o seu funcionamento, como já dito nas discussões, é uma ação de integração social. Não a língua por si só que discrimina ou atua, porém nós que com ela operamos e produzimos sentidos.

4.1 Gêneros textuais: linguagem como forma de ação social.

Nisso é cabível falar de gêneros textuais quando se trata de estudar a língua no âmbito do seu funcionamento social, e passar isso aos aprendizes na escola torna-se algo essencial, quando já se vem abordando que devemos atribuir ao ensino de língua portuguesa seu real sentido, contextualizada nas diversas atividades e práticas que o indivíduo já convive diariamente, e como defende Marcuschi (2008) a produção dos gêneros tem como correlata a própria organização da sociedade.

Como os gêneros são diferentes “classes” de texto, escritos ou falados, que circulam na sociedade, os documentos curriculares (Pró-letramento) observam que, com esses diferentes textos, é proporcionado aos alunos vivências e conhecimentos: dos espaços e circulação dos textos; dos espaços institucionais de manutenção, preservação, distribuição e venda de material escrito; das formas de aquisição e acesso aos textos; dos diversos suportes; dos instrumentos e tecnologias utilizados para o registro escrito.

Dentro dessa discussão sobre os diversos gêneros um fato que preocupa e que podemos observar o quanto não é devidamente explorado são as análises da oralidade, pouco estudado e praticado em nossas escolas. Visto que o estudo e a classificação das interações verbais orais é

de fato menos sistemático do que os textos escritos, como também mais recente. Segundo lembra Marcuschi (2008, p.187):

Apesar de ser intuitivo e pouco sistemático, este não deixa de ser um conhecimento social cuja observância esperamos de todos os parceiros de comunicação. Essa competência classificatória “ingênua” opera com muita precisão em todas as situações diárias e permite que expressemos juízos de valor quanto a adequação de textos produzidos.

Enquanto exercício oral a fala é adquirida por nós naturalmente nas relações sociais e dialógicas, uma forma de inclusão cultural e de socialização, mais do que uma disposição biogenética; já as práticas de escrita são adquiridas em contextos mais formais, como a escola, e por isso seu prestígio cultural é mais explorado e desejável pelos indivíduos.

A partir disso não se pode observar as semelhanças e diferenças entre oralidade e letramento sem considerar a distribuição e funcionalidade de ambas na sociedade; de acordo com Marcuschi (2005) oralidade e escrita são práticas e usos da língua com características próprias, contudo não são suficientemente opostas para caracterizar dois sistemas linguísticos nem uma dicotomia; devemos observar que as duas admitem a produção e efetivação de textos coesos e coerentes, permitem a elaboração de raciocínios abstratos e exposições formais e informais, variações de estilo, sociais, dialetais, e etc.

Tais práticas nos levam a entender o determinante espaço, o papel e o grau de relevância que numa sociedade ocupam oralidade e práticas de letramento, e a relação entre ambas seja observada em um eixo contínuo de práticas sociais e históricas. Podemos ver em alguns eventos de letramento a "mesclagem" entre atividades orais e escritas, como por exemplo: leituras de cartas em grupo, entrevistas, leituras discutidas em grupo e respondidas coletivamente, etc.

Há situações em que a fala se aproxima da escrita e há também situações em que ambas se distanciam proporcionalmente uma da outra, sabemos que isso é normal, entretanto cabe ao educador diminuir essa tendência, e ficar atento aos erros cometidos pelos alunos na escrita, entendendo que em muitos casos isso é reflexo da influência da língua falada.

Nessa perspectiva sociointeracionista defendida por Marcuschi (2005) fala e escrita apresentam: dialogicidade, usos estratégicos, funções interacionais, envolvimento, negociação, situacionalidade, coerência, dinamicidade; destacando que essa forma de conceber a análise crítica do discurso unida a investigação dos processos de interação social, pode ser uma boa saída para observar oralidade e letramento como práticas sociais. Seja na modalidade falada, seja

na modalidade escrita, a língua reflete em grande proporção a organização da sociedade, sendo que não são precisamente duas linguagens, mas duas modalidades de uso da língua.

[...] discorrer sobre as relações entre oralidade/letramento e fala/escrita não é referir-se a algo consensual nem mesmo como objeto de análise. Trata-se de fenômenos de fala e escrita enquanto relação entre fatos linguísticos (relação fala-escrita) e enquanto relação entre práticas sociais (oralidades *versus* letramento). As relações entre fala e escrita não são óbvias nem lineares, pois elas refletem um constante dinamismo fundado no *continuum* que se manifesta entre essas duas modalidades de uso da língua. (MARCUSCHI, 2005 p. 34).

No ensino, utilizar de atividades pedagógicas considerando a perspectiva interacionista da língua portuguesa proporciona os processos de aprendizagem pautados na produção de sentido, adotando-os sempre como construídos em contextos sócio-historicamente marcados por atividades interativas e considerando os fatos culturais, preocupando-se com a análise dos gêneros textuais e seus usos em sociedade.

Entendemos que é no ambiente escolar onde se amplia e aprimora a relevância dos gêneros textuais como rede de práticas onde a ação humana se desenvolve para as mais diversas finalidades da escrita na escola e nas práticas sociais que envolvem a vida humana, como aponta o teórico Marcuschi (2008) devemos perceber que os gêneros são categorias culturais que envolve sistemas cognitivos, formas de ação social, estruturas e formas de organizações sociais, como também ações retóricas, constituindo assim, entidades empíricas usadas socialmente.

A concepção interacionista das modalidades escritas e orais em relação à produção dos gêneros é o que deve evidenciar como proposta no ensino de língua portuguesa, para que entre os alunos aconteça uma harmonia das idéias e das intenções comunicativas que se pretende, pois assim, esses serão impulsionados para selecionar algo a um alguém com quem pretende interagir em vista de um objetivo, dentro das atividades linguísticas.

Algumas reflexões feitas sobre a concepção e ensino de língua materna, como também a discussão sobre as atividades linguísticas, de como ocorrem na sociedade, nos levam a perceber que o “valor” que dão a língua escrita se sobrepõe ao que primeiramente aprendemos em nosso meio como prática de interação, que é a língua falada. Dar a devida importância e espaço, e proporcionar o aprendizado, ou aprimoramento, do uso da língua e suas esferas e funcionalidade é papel primordial da escola, promovendo a inserção do aluno nessa diversidade de possibilidades que é a língua portuguesa.

A partir dessas discussões, abordaremos no próximo subitem o trabalho com os gêneros textuais e práticas de letramento como proposta no ensino de língua portuguesa.

4.2 Práticas de letramento no ensino: uso do texto.

Todo brasileiro alfabetizado ou não, sabe o português, pois conseguimos nos comunicar com os outros brasileiros que utilizam desse nosso idioma, porém sabemos que não são todos que sabem ler ou escrever; por conta disso vemos que uma das principais metas da escola, no que tange o ensino de língua portuguesa é de ensinar os indivíduos a escrever para serem inseridos nas práticas e nas situações de letramento existentes em nossa sociedade. O trabalho com a língua portuguesa na perspectiva de utilizar o texto privilegia a variada produção e as contextualizações na vida humana.

Soares (2005, p.50) conceitua letramento como “o conjunto de conhecimentos, atitudes e capacidades envolvidos no uso da língua em práticas sociais e necessários para uma participação ativa e competente na cultura escrita”. Atualmente para atender a demanda da sociedade, que utiliza das práticas de escrita como um dos (se não o maior) meio de comunicação e interação, é imprescindível que os indivíduos sejam alfabetizados e letrados, porém já foi visto no segundo capítulo desse trabalho que existem alfabetizados não letrados, como também com certo nível de letramento e não alfabetizados. Na visão de Soares (2005, p.50):

Um adulto pode ser analfabeto e letrado: não sabe ler nem escrever uma carta, mas usa a escrita: pede a alguém que escreva por ele, dita uma carta, por exemplo [...] - não sabe escrever mas conhece as funções da escrita, usa-as, lançando mão de um “instrumento” que é o alfabetizado [...]; pede a alguém que leia a carta que recebeu, ou uma notícia de jornal, ou uma placa na rua, ou a indicação de um roteiro de ônibus - não sabe ler, mas conhece as funções da escrita, e usa-a, lançando mão de um alfabetizado.

Kleiman (2005) aborda a concepção de letramento como um termo que abrange os sistemas da escrita nas sociedades, ou seja, as práticas sociais de uso da escrita. Sendo que as práticas de letramento fora da escola são colaborativas no processo da aprendizagem da língua escrita dentro do ambiente escolar, que são próprios da prática de alfabetização.

A organização da fala ao redor de textos escritos e livros abrangendo a compreensão dos textos são considerados eventos de letramento; nas diversas práticas de letramentos em diferentes

instituições na sociedade os indivíduos participam de forma coletiva, acontecendo por meio da interação, já em algumas práticas escolares o que é muitas vezes priorizado é a participação individual do aluno. Com isso podemos prever que quanto mais as práticas escolares se aproximarem das práticas sociais (em que o aluno está diariamente inserido, essas que o aluno já tem um conhecimento prévio), mais significativo será o aprendizado, pois o educando será capaz de ajustar, apropriar, e transferir o que já conhece para as diversas situações, tanto da sua realidade fora da escola quanto dentro dela.

São muitas as extensões para o processo de produção de gêneros textuais, pois esse ato presume a interação e o agir com um outro sujeito, quer dizer que, trocamos com alguém informações, ideias, conhecimentos, pensando em um destinatário.

Antunes (2005, p.29) aponta que produzir textos em uma perspectiva interacionista consiste em “uma atividade em que dois ou mais sujeitos agem conjuntamente para a interpretação de um sentido e de uma intenção”. Nisso surgem as dúvidas no que tange a organização, a formalidade, os níveis de vocabulário, enfim, tudo o que está relacionado no processo de produção textual. A escrita como atividade linguística se dá por meio de gêneros textuais, e cada um desses possuem determinadas características, por isso, a produção de um gênero textual se forma como ação que retoma outros textos, outros discursos, e como processo de interação compõe-se de pensamentos adquiridos seja por recordar ou adaptar de outros textos que ouvimos ou lemos.

Ao se assumir uma proposta de trabalho que se fundamenta na vivência interativa da linguagem, conseqüentemente no letramento, o educador deve propiciar aos alunos o convívio e o uso de diferentes gêneros textuais. Atividades que utilizem gêneros que são da vivência do sujeito aprendiz condizem com propostas que assumem a linguagem em sua real funcionalidade. Segundo Soares (2005), ao tempo em que o aluno deve apropriar-se da escrita como atividade discursiva, as quais devem acontecer pela criação de situações (quantas forem possíveis) reais de produção de texto, ele necessita também realizar atividades que o ensinem a estruturar seu texto, de forma a atender às características de cada gênero.

Na mesma perspectiva, Antunes (2009) considera a língua escrita para “além da frase”, isto é, na sua atividade interativa e na sua forma textual, parte peculiar da atuação social dos indivíduos. Quando são focados exercícios de formar frases, copiar frases, analisar frases, uma vez que não possibilita aos aprendizes perceber o fenômeno da língua escrita, sendo que essa

ocorre das diversas circunstâncias em que acontece a interação. Quer dizer que como atividade de linguagem, a escrita, deve ser concebida na sua dimensão de texto, tanto para quem escreve quanto para o leitor.

Diante da complexidade do sistema da língua, o professor como mediador é primordial, devendo conhecer e reconhecer o que os alunos pensam sobre a escrita, adotar textos que mais coincidam com suas necessidades cognitivas em certos momentos e situações, de acordo com o Pró-letramento (2007, p.19) cabe ao educador “organizar as atividades que melhor se prestem ao trabalho com o sistema de escrita, envolver os alunos no processo de ensino aprendizagem e, sobretudo, buscar informações de que necessita para uma ação pedagógica eficaz”.

Temos a partir disso um ensino de língua portuguesa baseado no comprometimento de desenvolver as práticas comunicativas dos alunos, alicerçado no texto, uma proposta do ensino de línguas com embasamento nos gêneros textuais.

Antunes (2009) apresenta importantes implicações pedagógicas, sendo os gêneros admitidos como referência das práticas e atividades de língua materna em sala de aula, abordando como eixo programático os textos (orais e escritos) e como objeto de estudo e análise das aulas de língua colocaria um “fim” nos velhos modelos de classificações gramaticais e de utilizar o texto apenas como pretexto de estudo, apenas para retirar classes gramaticais, para distinguir e “rotular”. Outro ponto pertinente pra o ensino é que as atividades de escrita deixariam de ter o estatuto de peça indeterminada para terem a face e o nome particular do gênero que a realizam; ganharia sentido o estudo detalhado das estruturas de composição dos textos (ou a sua forma composicional), como também as regras gramaticais ganhariam seu caráter de funcionalidade, de acordo com as particularidades de cada gênero (os pronomes de tratamento, por exemplo, estudados quando estivesse explorando as especificidades de uma carta). Além disso, as atividades de compreensão atingiriam os propósitos comunicativos, percebendo como a elaboração e as compreensões dependem de fatores internos e externos da língua; além de contemplar a variedade de interação verbal nos diferentes grupos sociais. E ainda as dificuldades relacionadas à produção e recepção dos textos seriam diminuídas e progressivamente superadas.

Trabalhar diferentes gêneros discursivos, oferecendo uma pluralidade de discursos, capazes de representar a linguagem na sua forma mais legítima de interação, nos retoma ao trabalho com a oralidade nas aulas de língua portuguesa.

Ao desenvolver a oralidade em sala de aula, devemos enxergar que toda produção discursiva é constituída por várias camadas de significação, pois é através dela que entrelaçamos com os mais diversos gêneros textuais, tais como a entrevista, conversa telefônica, consulta médica, entre outros. Indo ao encontro dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), vemos em partes o foco da oralidade:

Ensinar a língua oral significa para a escola possibilitar o acesso a usos da linguagem mais formalizadas e convencionais, que exijam controle mais consciente e voluntário da enunciação, tendo em vista a importância que o domínio da palavra pública tem no exercício da cidadania (PCN 1998, p.67).

A língua na modalidade oral não pode ser entendida como o ensino do indivíduo na fala, como se o mesmo não a soubesse, mas sim desenvolver no falante a habilidade comunicativa pautada nos gêneros que o apóiam nas diversas práticas discursivas.

Marcuschi (2005) posiciona-se a favor do ensino da linguagem oral nas diversas práticas discursivas, e que parta de um trabalho focado na linguagem através dos gêneros textuais aprimorados em sala de aula. Assim o sentido do texto passa a ter referência o uso da língua, além de que é um dever da escola fazer um paralelo da fala em sua oralidade e a escrita, tornando a fala um ponto de partida para a concretização da escrita como ponto de chegada. Através da oralidade o falante se comunica em suas mais diversas situações, e acrescenta que o falante em sua postura, deve ser bimodal, ou seja, desenvolvendo a modalidade oral passará para o uso correto da escrita.

Marcuschi(2005) aponta que oralidade e letramento devem ser observados considerando a distribuição de seus usos na vida cotidiana, não devemos centrar o estudo apenas no código dessas, o que traz uma mudança de perspectiva construindo um novo objeto de análise, uma nova concepção de língua e texto, vistos como um conjunto de práticas sociais. Antunes (2009, p. 174) destaca que “à escola cabe, portanto, desvendar (quer dizer, tirar do escondido) os modos de funcionamento da língua; abrir esse universo para que as pessoas possam ver suas regularidades, suas estratégias e táticas de uso”.

São necessárias algumas especificidades e conhecimentos por parte do professor de língua portuguesa para serem capazes de alfabetizar, fazer desenvolver e aprimorar o letramento dos alunos e aumentar as competências mais peculiares para as atividades sociais, de interação, relacionados aos usos literários da língua ou não. Portanto para adotar o uso do texto nas práticas de letramento, espera-se que o educador aprimore-se, abrace a causa, para que assim possa

proporcionar aos seus alunos uma formação crítica que atenda a demanda de uma sociedade cada vez mais exigente em todas as áreas do conhecimento; mas aqui especificamente na área de aprendizado de língua portuguesa, que os educandos saiam da escola com o entendimento que precisam estar cientes das diversas funções do uso das atividades e práticas da língua, conhecerem sobre as questões textuais fundados no contexto de interação. Compreender melhor as implicações lexicais, gramaticais e discursivas, como também a diversidade de tipos de gêneros de textos; apaixonar-se pelas grandes funções da leitura e da escrita, um indivíduo inserido no mundo da cultura letrada. Ter identidade e participação nas inúmeras formas e situações nos diferentes grupos sociais.

5. Considerações finais.

Ao desenvolver ações pedagógicas que proporcionem aos alunos a compreensão e uso da língua como forma de interação social, o professor de língua portuguesa reconhece a primordialidade de aperfeiçoamento na metodologia de ensino e aprendizagem da língua. As inovações e renovações começam desde os objetivos sugeridos para o ensino de língua materna, como também das práticas realizadas na escola, que abrangem as mais diversas e significativas atividades. Sendo como um dos principais objetivos formarem indivíduos críticos, capazes de se adequarem aos diversos discursos, aos vários interlocutores e aos inúmeros contextos sociais comunicativos.

Muitas vezes as inovações são equivocadamente abordadas apenas para mascarar teorias e práticas educativas arcaicas que estão enraizadas em nossos ambientes escolares, por isso é necessário um estudo profundo do objeto de ensino, no caso a língua materna, e uma renovação da metodologia e prática quando se pensa o trabalho com a língua portuguesa.

A discussão feita nessa pesquisa comete refletir-mos sobre o que é proposto para o ensino de língua materna e no que isso implica na formação do professor, baseado na concepção sociointeracionista, ou seja, ensinarmos a língua a serviço da comunicação entre sujeitos em situações de atuação social através de práticas discursivas concretizadas. O debate sobre a formação docente e as práticas educativa-crítica frente ao ensino de língua portuguesa a partir dos documentos curriculares nacionais e a discussão frente ao que esses documentos e teóricos da área linguística abordam sobre o ensino de língua materna em nossas escolas brasileiras nos levam a repensar criticamente sobre como se concebe o ensino de língua materna “nos livros”, ou seja o que é proposto, e a relação teoria/prática nas aulas de língua portuguesa, que nos permitam pensar os métodos propostos que nos auxiliam na prática pedagógica eficiente.

Nessa visão podemos avaliar que o ensino de língua portuguesa em nossas escolas precisa de mudança, precisamos ter como fundamento principal a contextualização do ensino, a partir da concepção sociointeracionista da língua, por isso a escola deve adequar-se para esse novo quadro de um ensino significativo. O que percebemos sobretudo é a falta da real funcionalidade da língua, por isso devemos enfatizar a concepção de letramento, que veio para ampliar as teorias sobre a língua portuguesa. Nisso vemos posteriormente, através do letramento, a importância do

trabalho com os gêneros textuais, o uso do texto no seu contexto, e as práticas contextualizadas a partir da vivência dos alunos.

Partindo dessa concepção, o professor vem a ser o sujeito realizador na interação com o objeto da aprendizagem resultando assim no conhecimento, formador de indivíduos críticos e atuantes perante as questões sociais, como são as metodologias e práticas indicadas em documentos curriculares presentes nas escolas.

Sabemos que em muitas situações teoria não condiz com a prática, pois as dificuldades enfrentadas na área da educação são imensas, mas também temos a consciência que mudanças são possíveis.

Contudo, analisando os últimos anos, é importante destacarmos que existem educadores que estão lutando para mudar o cenário do ensino de língua materna, como também projetos de lei e documentos curriculares que visam à melhoria e o avanço quando se pensa nesse ensino, nas metodologias e práticas a serem abordadas em sala de aula, e a partir disso, termos resultados significativas na formação de cidadãos.

É importante por parte do professor o espírito de observador e pesquisador, aquele que possibilita reflexões, questionamentos e mudanças de atitudes, que visam melhorar e aperfeiçoar a prática docente e consequentemente mudanças no processo de ensino-aprendizagem em sala de aula.

Sabemos que é no meio escolar onde se aprimora a importância do uso da língua como rede de práticas na qual a ação humana se desenvolve para as mais diversas finalidades da linguagem no âmbito das práticas sociais que os envolvem. Convém lembrar a importância da formação do educador, para que a superação das contradições, no que diz respeito ao ensino da língua, seja possível com maior grau de intencionalidade e compreensão dos fins da educação. Nos tempos que vivemos hoje, algumas tarefas urgentes se impõem, a principal delas é que tenhamos força suficiente para tornar nosso ensino mais justo e de qualidade para todos.

Referências

ANTUNES, Irandé. **Aula de Português: encontro e interação**. 8 ed. São Paulo: Parábola editorial, 2003.

_____. **Muito Além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho**. 5 ed. São Paulo: Parábola editorial, 2007.

_____. **Língua, texto e ensino: outra escola possível**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. 2 ed. rev. ampl. São Paulo: Moderna, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa**. 1998.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Pró Letramento: alfabetização e linguagem**. 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

KLEIMAM, Angela B. **Preciso “ensinar” letramento?** Ministério da Educação. UNICAMP, 2005.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. 3 ed. São Paulo: Parábola editorial, 2008.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Que gramática estudar na escola?** 4 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Coisas que todo professor de português precisa saber: a teoria na prática**. São Pulo: Parábola editorial, 2010.

ROJO, Roxane Helena Rodrigues. **Falando ao pé da letra: a constituição da narrativa e do letramento**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

SAINT-ONGE, Michel. **O ensino na escola: o que é como se faz**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

SOARES, Magda Becker; BATISTA, Antônio Augusto Gomes. **Alfabetização e Letramento**. Belo Horizonte: Ceale, Fae, UFMG, 2005.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2009.